

Conclusão

José Gomes Mendes

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.109.12>

O desempenho de Portugal na transição energética para fontes renováveis e, portanto, de baixa intensidade carbónica, tem sido muito positivo nas últimas décadas. O país soube antecipar o esgotamento das possibilidades de construir novas centrais hidroelétricas e apostou, numa primeira fase, na eletricidade eólica, obtida a partir do vento por aerogeradores. Estas

máquinas foram evoluindo em dimensão e rendimento e, hoje, são uma fonte presente e importante no sistema energético nacional, antecipando-se a chegada de sistemas *offshore*.

Mais recentemente, com a extraordinária quebra dos preços da tecnologia fotovoltaica, a aposta tem sido sobretudo na fonte solar, tirando partido do potencial existente no nosso país. Os leilões recentes para a atribuição de licenças de produção de eletricidade solar têm permitido um manifesto aumento da potência instalada, muito embora continue a existir uma limitação na capacidade de receção de energia na RESP (Rede Elétrica de Serviço Público).

Os acontecimentos internacionais dos anos de 2021 (forte procura decorrente da retoma pós-pandemia) e 2022 (invasão da Ucrânia pela Rússia) têm pressionado os preços da energia, muito por via da escassez de fornecimento de gás natural, que por sua vez impõe mais elevados custos na produção de eletricidade.

O sistema energético europeu mostrou ser pouco resiliente aos impactos de eventos como os referidos. Esta constatação avoluma as preocupações que já decorriam da necessidade de descarbonizar o sistema energético, um dos grandes responsáveis pelas emissões de gases de efeito de estufa, que estão na origem das alterações climáticas. Transitar para um sistema energético assente em energias renováveis é agora, mais do que nunca, um imperativo de sobrevivência.

O programa REPowerEU, lançado em 2022 pela Comissão Europeia, assenta numa revisão das metas de redução de emissões já para 2030, ano em que se ambiciona cortar 55% do carbono lançado na atmosfera. Integra também um objetivo geopolítico, que é o de tornar a União Europeia livre da dependência do petróleo e do gás da Rússia. Este programa de quase 200 mil milhões de euros irá acelerar o acesso às energias renováveis para patamares nunca antes vistos, quer no âmbito das infraestruturas centralizadas, quer no âmbito da produção e consumo descentralizado.

Em Portugal, o PNEC 2030 (Plano Nacional de Energia e Clima) estabeleceu o objetivo de alcançar, até 2030, uma quota de 47% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto. Este desígnio requer que 80% da eletricidade seja produzida a partir de fontes renováveis. Uma das formas de o conseguir, dada a limitação de receção da infraestrutura centralizada, é a generalização da produção local e descentralizada.

O autoconsumo coletivo (ACC) e as Comunidades de Energia Renovável (CER) são porventura um dos modelos mais promissores para integrar, ao nível local, grupos de produtores e consumidores, incluindo residências familiares, empresas e outras organizações privadas ou públicas. Estas comunidades locais poderão produzir, consumir, armazenar e vender energia renovável, tornando-se atores ativos de um desafio que é coletivo: a transição energética.

Bem se percebe que o cidadão, a família e a pequena empresa estarão no centro deste movimento, de certa forma recuperando um papel que já desempenharam nos primórdios da eletrificação na Europa e, também, em Portugal. As cooperativas de energia tiveram a sua origem nos anos 20 e 30 do século passado e existem indícios de que poderão ressurgir na forma de Comunidades de Energia Renovável.

Não se pense, contudo, que a coabitação de um sistema centralizado de energia com um sistema descentralizado será fácil ou pacífica. Trata-se de redesenhar um sistema que, bem ou mal, assegurou o fornecimento e a estabilidade energética ao longo de um século, alimentando uma sociedade e uma economia muito vorazes em termos de energia. Abandonar o fóssil e a gestão centralizada abala práticas e interesses instalados. O sistema de energia elétrica clássico e convencional assenta numa estrutura de poucos produtores e muitos consumidores, onde o acesso ao ponto de injeção na rede pode valer mais do que a venda da energia. Existe um complexo sistema de taxas de acesso às redes públicas, que serve para financiar não só a sua gestão mas também os investimentos necessários, que vai deixar de ser monopolista.

Um sistema descentralizado, com comunidades de geometria variável, adaptáveis na produção, no armazenamento, no consumo e na geometria, trará uma resiliência ímpar. Mas para que este novo modelo funcione, é necessário protocolar a partilha, coordenando as comunidades com o sistema energético geral. Só assim será possível configurar os mercados locais de energia, tal como muito bem explicam J. Vilar, J. Mello e João Peças Lopes no capítulo que escreveram para este livro.

No seu capítulo sobre mercados locais de energia, Luísa Matos apresenta um desenho do novo mercado em que aos atores convencionais acrescenta uma nova figura, a dos Gestores da Comunidade, que gerem as transações entre membros da comunidade, otimizando o seu desempenho. Um dos mais exigentes requisitos para a eficaz gestão das Comunidades de Energia é a existência de plataformas digitalizadas. Energia e digitalização

andam de mãos dadas e isso está bem espelhado no capítulo escrito por José Basílio Simões.

Esta caminhada para a autonomia energética e para a descarbonização não é, porém, isenta de riscos. Desde logo, o consumo de recursos geológicos raros ameaça o respetivo esgotamento e suscita preocupações relativamente ao impacto ambiental da sua exploração e processamento. O desenvolvimento da reutilização e da reciclagem, numa perspetiva de circularidade dos recursos, é crítico para o sucesso da transição energética.

Por outro lado, capturar energia renovável, seja a partir do sol, do vento ou da água, requer a utilização de espaço natural, gera impactos sobre a paisagem e a biodiversidade, pelo que deve ser equacionado também no âmbito do ordenamento do território e da gestão ambiental. Medidas como a recentemente promovida em França, de dotar as coberturas de todos os parques de estacionamento, a partir de uma certa dimensão, de painéis solares fotovoltaicos demonstram que existem caminhos que não sejam o de sempre consumir mais espaço e impermeabilizar mais solo.

O número de Comunidades de Energia Renovável autorizadas em Portugal é ainda muito escasso, embora estejam em fila de espera muitos pedidos. O processo de licenciamento não pode, como demasiadas vezes acontece, ser uma força de bloqueio à expansão desta nova forma de produzir, distribuir e consumir energia. A burocracia não pode sobrepor-se ao interesse coletivo nem inibir o progresso da sociedade e da economia.

O mais crítico dos desafios que se colocam à Humanidade, num tempo em que a população mundial caminha para os 10 por mil milhões de pessoas, é assegurar a todos o acesso a um abrigo (habitação), a água e a energia. As Comunidade de Energia Renovável podem ser um poderoso instrumento de coesão, que assegura o terceiro daqueles pilares, a democratização da energia.